



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

O PROJETO POLÍTICO : algumas considerações

GONÇALVES, Gláucia Signorelli de Queiroz
Supervisora Pedagógica Mestranda em Educação :
Formação de Professores pela Universidade de
Uberaba.

ABDULMASSIH, Marília Beatriz Ferreira
Supervisora Pedagógica Mestranda em Educação:
Formação de professores pela Universidade de Uberaba.





Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo apresentar princípios teóricos para a construção do projeto políticopedagógico, instrumento este que tem sido, nos últimos anos, objeto de estudos e debates entre os educadores, com o intuito de concretizar os ideais educativos de uma instituição de ensino. Apresenta considerações sobre as dimensões políticas e pedagógicas implícitas nessa construção, ressaltando a necessidade de se planejar o desenvolvimento da escola como condição indispensável para que os objetivos que se tem sejam traçados, visando intervenções responsáveis e conscientes em benefício da coletividade.

Palavras-chave: projeto político-pedagógico, conhecimento, transformação, reflexão, compromisso.

RESUMEN:

Este trabajo tiene por objetivo presentar principios teóricos para la construcción del proyecto políticopedagógico. Este instrumento, está siendo objeto de estudios y debates entre los educadores en los últimos años, con el objetivo de concretar los ideales educativos de una institución de enseñanza. Pretendemos, elaborar algunas consideraciones sobre las dimensiones político-pedagógicas implícitas en esta construcción, y poner de relieve la necesidad de programar el desarrollo de la escuela como condición indispensable para que las metas sean trazadas, considerando una intervención responsable y conciente en beneficio de la colectividad.

Palabras-clave: proyecto político-pedagógico, conocimiento, transformación, reflexión, compromiso.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fossem a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é também onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos e, tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disto com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum” Arendt

1 Texto elaborado inicialmente como “Memórias”, anotações da aula ministrada pelo Prof. Dr. Luis Eduardo Alvarado Prada no dia 29/07/00, na Universidade de Uberaba, Programa de Mestrado em Educação: Formação de Professores.

O grande desafio dos educadores é formar gerações novas, não de “massacrados” ou “conduzidos”, mas de seres capazes de “construir sua autonomia pessoal ao longo do processo de suas vidas” (Resende, in: Veiga, 1997: 93)

A escola é um espaço privilegiado, onde seus membros podem experimentar ser atores do processo educativo e é isso que suscita a construção de um projeto político-pedagógico.

O projeto político-pedagógico tem sido, nos últimos anos, objeto de estudos e debates entre os educadores. É comum ouvirmos a afirmação: “o projeto políticopedagógico é uma busca da melhoria da qualidade do ensino” e ousaríamos completar, da formação de seres humanos mais autônomos.

Entre os debates e estudos feitos, levanta-se uma questão a respeito da denominação que se dá ao projeto da escola: projeto educativo institucional, projeto pedagógico, projeto pedagógico institucional, proposta pedagógica, projeto político-pedagógico. Mas, qualquer que seja a denominação, está implícita no projeto da escola a ação de planejar, buscar um rumo, uma direção de forma intencional.

Planejar o desenvolvimento da escola é condição imprescindível para que as perspectivas que se tem sejam traçadas, visando intervenções responsáveis e conscientes em benefício da coletividade.

Isso pressupõe que o projeto da escola possa atender as dimensões política e pedagógica que lhe são atribuídas. Política porque traduz pensamento e ação: exprime uma visão de mundo, de sociedade, de educação, de profissional e de aluno que se deseja. Tomar decisões, fazer escolhas e executar ações são todos atos políticos.

Pedagógica porque nela está a possibilidade de tornar real a intenção da escola, subsidiando e orientando a ação educativa no cumprimento de seus propósitos que, sem dúvida, passam primeiramente pela formação do ser humano: participativo, comprometido, crítico e criativo.

O projeto político-pedagógico é uma busca de autoconhecimento e de conhecimento da realidade e seu contexto.

Planejá-lo requer encontrar no coletivo da escola respostas a uma série de questionamentos: Para quê? O quê? Quando? Como? Com o que? Por quê? Com quem?

A construção do projeto políticopedagógico é a forma objetiva de a escola dar sentido ao seu saber fazer enquanto instituição escolar: é a realização concreta de seus sonhos, onde ações são desconstruídas e reconstruídas de forma dinâmica e histórica; é a revelação de seus compromissos, sua intencionalidade e principalmente de sua identidade e de seus membros. O projeto político-pedagógico permite à escola quebrar a rotina que às vezes se instala, reorganizando o seu saber fazer, alterando suas relações pessoais e de conhecimentos teóricos e práticos, construindo, dessa forma, experiências concretas, reais e palpáveis de educação.

Nesse sentido, o projeto político pedagógico requer um comprometimento coletivo e um compartilhar de responsabilidades, de maneira que a escola alcance um desenvolvimento pleno em todos os aspectos: humano – reconhecendo e valorizando o



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

profissional e oportunizando o desenvolvimento social dos alunos/alunas, tendo como pano de fundo o desenvolvimento educativo. É importante ressaltar ainda o desenvolvimento cultural, buscando o entendimento da cultura através dos conteúdos desenvolvidos, compreendendo e utilizando o conhecimento do próprio meio e criando uma cultura de pesquisa que legitime o desenvolvimento da instituição. O desenvolvimento político também deve permear o projeto políticopedagógico. O fazer tem sempre conseqüências políticas que precisam ser encaradas pelo coletivo da escola e manejadas eficientemente, a fim de atender as necessidades que a realidade apresenta e alcançar o desenvolvimento institucional.

Desenvolver institucionalmente requer uma aproximação da escola com seus parceiros: pais, comunidade, Superintendências Regionais, Secretarias Estaduais, o que possibilita a sua inserção em um projeto de políticas sociais e pedagógicas mais amplas. Essa é uma “arma” poderosa de que a escola dispõe. Participar e promover cada vez mais o trabalho coletivo não só com seus membros é o caminho para o macro desenvolvimento.

Mas para esse alcance é preciso que a escola se transforme. Transformar não é mudar. Transformar significa chegar a situações novas, novos valores, novos princípios, novas relações. É comum transformar concepções e não transformar a prática. Esta última tem se mostrado, em algumas instituições, arraigadas a teorias tradicionais, de caráter racionalista, preocupando-se mais com a transmissão de conhecimentos do que com a construção deste pelo aluno, mediado pelo professor.

Nesse sentido requer-se que no projeto político-pedagógico, através da ação de seus membros, faça-se a previsão daquilo que se deseja transformar, tanto no que se refere à concepções teóricas como práticas, voltando-se para a operacionalização das grandes metas da escola, de modo que possa “prestar serviço à sociedade, preparando o aluno/aluna para se inserir no mundo em que vive, interpretando e pensando a realidade

como um todo, de forma autônoma, tornando-o capaz de criticar e desenvolver expectativas e projetos em relação ao conjunto da sociedade” (SEE/MG, 1997:11).

Esse entendimento é essencial para a transformação dos processos que se desenvolvem no âmbito da escola, tanto de caráter pedagógico quanto administrativo.

Transformar componentes pedagógicos, implica em transformar os objetivos da escola, estabelecendo o que se pretende atingir, deixando clara sua intencionalidade, no tipo de formação que se deseja para seus alunos/alunas levando-se em conta os valores, costumes e manifestações culturais, enfim, as necessidades de sua comunidade. Para tanto, alguns desses componentes pedagógicos destacam-se como básicos na condução do processo educativo e devem ser pensados pelos membros da escola de modo que se configurem clara e coerentemente com a proposta pedagógica que se faz. São eles:

- Avaliação: essa é uma atividade escolar que, pela sua intencionalidade, pela sua função social e pedagógica deve estar clara para alunos e professores. Os momentos específicos de avaliação fazem parte do processo educativo, portanto sua aplicação deve ser pensada por todos e estar em acordo com a proposta pedagógica da instituição.

- Metodologias: é o que dá identidade ao professor. É através delas que o professor estabelece relações com seus alunos, com seus conhecimentos e saberes e contribui para a transformação da escola, dando-lhe também sua identidade.

- Planos de estudo: estes, muitas vezes vem prontos das secretarias. Mas, no atual paradigma, a escola tem autonomia oficialmente prevista (LDB n 9394/96, Art. 27/28/36/53) para pensar seus planos e estudos, adequando-os às necessidades de seus alunos, à realidade histórico-social na qual está inserida, buscando através destes, a formação humana. Nesse sentido, vale reforçar que tais planos também devem ser pensados no coletivo da escola e previstos no projeto político-pedagógico.

- Currículo: refere-se à organização do conhecimento escolar. O currículo não pode ser estático, cristalizado. Muito pelo contrário, é um elemento dinâmico, devendo estar em constante movimento no processo educacional.

Pensar o currículo é pensar o tipo de organização que a escola deseja adotar. Veiga chama a atenção (1997:27), para o fato de que no momento atual, no contexto social, historicamente situado e culturalmente determinado há que se pensar “em novas formas de organização curricular em que o conhecimento escolar estabeleça uma relação aberta e interrelacione-se em torno de uma idéia geradora”. A isso chamamos de organização interdisciplinar onde os conteúdos deixam de ter um significado por si só, passando a interagirem-se num todo mais amplo. Pode-se avançar um pouco mais na organização curricular, adotando-se além desta, outras formas organizacionais, sendo uma delas a transversalidade ou seja, “o tratamento transversal de temáticas sociais na escola como forma de contemplá-las na sua complexidade, sem restringi-las à abordagem de uma única área” (PCN, 1997) e ainda, a interculturalidade, que é um tipo de organização que leva em conta as diferenças culturais, as diversas culturas e subculturas existentes entre os componentes escolares, privilegiando-as na estruturação de seus conteúdos curriculares, os quais necessitam estar em processo de interação constante.

- Conhecimentos: transformar conhecimentos implica transformar os saberes que alunos e professores têm, tomando como ponto de partida as histórias de vida, aproveitando seus conhecimentos e suas experiências prévias, fazendo-se sujeitos mediadores e mediados do processo ensino aprendizagem, construindo juntos novos conhecimentos, alcançando o que explicita o Relatório Delors (1999: 90) “aprendizagens fundamentais que ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer,

aprender a viver juntos e aprender a ser” que, sustentarão os seus saberes e suscitarão um aprender a aprender constante em suas vidas.

Componentes administrativos também precisam ser pensados e transformados no âmbito escolar e não é tarefa apenas da diretora da escola e seus assessores mais diretos, compete a todos a organização da escola para a realização daquilo que se deseja.

Nesse sentido, a escola ao elaborar seu projeto político-pedagógico, deve colocar em prática, o exercício da autonomia que lhe é conferida, o que evidencia o compromisso e responsabilidade na definição de suas ações. Sendo, portanto, a própria escola geradora de suas ações e decisões, responde pelo que faz ou deixa de fazer. “Autônoma, a escola ouve e age” (Neves. In: Veiga, 1997:126).

A organização administrativa da gestão escolar é também um item a ser previsto no projeto político-pedagógico.

Deve ser pensada a partir das relações existentes na escola, “agregando diferentes setores da comunidade escolar, incluindo os que nela trabalham e que a freqüentam, uma vez que todos serão afetados pela ação a ser desencadeada” (SEE/MG. 1998: 41).

A escola que se pretende universal deve contemplar a realidade social de seus membros, buscando através da ação colegiada e participação um tipo de organização, que sustente e dê forma aos seus objetivos, a sua intencionalidade.

Dessa maneira, poderá constituir-se uma escola democrática, onde as decisões são tomadas no coletivo, superando assim os grandes conflitos, eliminando relações competitivas, corporativas e autoritárias, diminuindo a fragmentação do trabalho, tornando-se monobloco que trabalha em uma única direção, saindo portanto de relações autoritárias e verticais para relações horizontais e dialógicas. É, com certeza, a forma mais viável de se conduzir o processo educativo.



Há que se pensar também em administração política da escola no sentido de procurar atender aos fins definidos para a escola pelo sistema de ensino, mas também no esforço de toda a comunidade escolar e sociedade em geral, articulando propostas e interesses da maioria, vinculadas a suas peculiaridades culturais e aos seus saberes.

Mas, como fazer isso? Acreditamos que alguns caminhos para se chegar ao projeto político-pedagógico e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da qualidade do trabalho escolar, já foram delineados no decorrer do texto. Mas vale reforçar que a maneira mais correta e mais coerente está bem próxima de nós, no cotidiano mesmo da escola. Requer que este cotidiano seja pensado, refletido, pesquisado. Isso implica compromisso político, administrativo, pedagógico, pessoal, afetivo, onde o grupo possa traduzir seus anseios em situações vivas.

Significa resgatar a própria escola como espaço público, lugar de debate, de diálogo, fundado na reflexão, na participação individual e coletiva de todos os seus membros, conferindo-lhes o poder de decisão.

Transformar na ação é a idéia chave do processo. Isso se faz, criando, mudando, incrementando novas formas de pensar e de agir, aproveitando o saber, a experiência, valorizando “o saber que sabem”. Alterar relações, mudar, transformar é uma ousadia que se propõe aos educadores, pais, alunos, funcionários e demais participantes do processo educacional. Isso tem que ser gestado na própria escola, de dentro para fora, num processo dinâmico, flexível e acima de tudo, autocrítico, a fim de reconhecer limites e superá-los. Essa abertura ao trabalho coletivo e participativo dentro da escola, desencadeia novos relacionamentos e, nesse processo, vai-se configurando o “embrião” da identidade da escola, da sua marca exclusiva e única delineada no seu projeto políticopedagógico.

Há que se mudar as relações no âmbito da escola, na teoria e na prática, porque só assim esta alcançará objetividade em seu fazer.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

REFERÊNCIAS

ALVARADO PRADA, L. E. Projeto pedagógico. Uberaba : UNIUBE, 2000. (10 slides em Power Point apresentados em sala de aula).

BRASIL. Ministério de Educação e do Desportos. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1997. v.1.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório da UNESCO. Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação. PROCAD: Projeto de Capacitação de Dirigentes de Escolas Públicas de Minas Gerais. Módulo 1. 1998.

SANTOS NETO, E. dos. O projeto político pedagógico da escola : caminho para organização e articulação do trabalho coletivo. Educação e Formação. Taubaté, SP, p. 17-20, 1998.

VEIGA, I. P.A. (Org.). Projeto políticopedagógico – Uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1997

Gláucia Signorelli de Q. Gonçalves

Supervisora Pedagógica Mestranda em Educação : Formação de Professores pela Universidade de Uberaba.

Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih

Supervisora Pedagógica Mestranda em Educação: Formação de professores pela Universidade de Uberaba.

Artigo entregue e revisado em 02/02/2001.